
POLÍTICA GERAL DO GOVERNO ORIENTAÇÕES

Intervenção de S. Ex.^a o Primeiro-Ministro, no IDN, em 14 de Maio de 1993, integrada no Programa do Curso de Defesa Nacional (CDN93).

Aníbal Cavaco Silva

POLÍTICA GERAL DO GOVERNO

ORIENTAÇÕES

ENQUADRAMENTO POLÍTICO

Vivemos num Mundo em evolução acelerada e crescente interdependência. Estas características tornam mais difícil, mas também mais estimulante, a reflexão sobre a segurança e a defesa nacionais.

Depois da queda do muro de Berlim e da derrocada dos regimes totalitários e socialistas, as democracias confrontam-se com o renascimento de fenómenos como o nacionalismo, os fundamentalismos de diversa índole e os problemas migratórios. Estes são resultantes, sobretudo, da explosão demográfica associada ao aumento da pobreza no terceiro mundo e da crise económica e dos conflitos no Centro e Leste da Europa. São problemas graves, cuja solução exige análises e propostas, sob pena de descrédito dos regimes que advogam a liberdade e a defesa dos direitos humanos e retorno das tentações totalitárias.

É portanto num contexto de mudança e reflexão sobre o futuro que importa ponderar e definir as orientações e estratégias a seguir pelo nosso país que, de uma forma moderna, realista e integrada, garantam a permanência e o reforço dos valores nacionais.

Portugal é um país de forte identidade cultural que, ao longo dos séculos e no diálogo com outros povos e culturas, desenvolveu um universalismo singularmente fecundo.

Mas, em larga parte deste século, viveu-se um período de isolamento internacional, seguido da tentativa de instauração de um totalitarismo colectivista, com consequências negativas no desenvolvimento do País e sua afirmação no mundo moderno. Gerou-se uma profunda descrença nas capacidades dos portugueses, agravada por um considerável atraso económico e uma tendência para o dirigismo estatal da economia.

Daí que tenha sido preocupação permanente dos meus Governos conduzir um projecto de renovação de estruturas e mentalidades e de mudanças

profundas na sociedade a fim de que os portugueses recuperassem a confiança e o orgulho nacionais, a vontade de vencer e o país se refizesse do atraso económico em que se encontrava relativamente a uma Europa desenvolvida e progressiva.

Só uma adesão entusiasta a esta proposta de mudança explica que, pela primeira vez na história da nossa democracia parlamentar, os portugueses tenham renovado, através de duas maiorias absolutas consecutivas, o mandato para o Governo prosseguir a modernização do país.

Assim se conseguiu a estabilidade política essencial à realização das reformas estruturais necessárias, embora difíceis de pôr em prática, por tocarem em interesses estabelecidos, porem em causa privilégios e criarem alguma incerteza.

Assim se conseguiu recuperar o prestígio e a credibilidade a nível internacional e relançar, a nível interno, a actividade criadora dos agentes económicos num clima de normalidade e confiança.

Assim se conseguiu uma dinâmica de desenvolvimento sustentado, competitivo e solidário, que veio dar solidez à opção, verdadeiramente nacional, por uma plena integração europeia.

Desde 1985 que se trabalha afincadamente para que o País consiga uma taxa de crescimento económico superior à média comunitária, diminuindo o fosso que o separava das outras economias. Os resultados conseguidos têm sido sublinhados como muito positivos pelas mais diversas instâncias internacionais.

Para nós, integração europeia e desenvolvimento económico são dois conceitos que andam a par. Não existe outro projecto que ofereça mais perspectivas de desenvolvimento para Portugal do que a integração numa União Europeia forte, próspera e solidária.

Mas, porque este projecto significa internacionalização e abertura ao exterior, ao aprofundar-se a integração aumenta, também, a exposição às influências externas e aumenta a dificuldade em evitar a incidência das crises internacionais.

POLITICA ECONOMICA

A situação económica internacional está carregada de nuvens e incerteza. Na verdade, não só o mundo se encontra numa séria recessão, uma das mais graves do último meio século, como essa recessão mostra contornos inesperados.

Não tem sido tanto a dureza da recessão que a caracteriza. O principal problema da crise económica internacional tem sido a sua duração e incerteza quanto à futura recuperação. Por várias vezes já foi anunciado o fim das dificuldades e o início do relançamento económico, para depois se voltar a cenários mais pessimistas.

Segundo as últimas estimativas (do Fundo Monetário Internacional), o produto mundial cresceu 1.8% em 1992 e espera-se que venha a crescer 2.2% em 1993. O principal contributo para este crescimento veio da Ásia (que cresceu 7.9% em 1992 e se espera vir a crescer 6.7% em 1993). As grandes economias dos Estados Unidos e do Japão registaram crescimentos muito mais modestos em 1992, respectivamente de 2.1% e 1.3%.

Por contraste, a Europa tem sido das zonas mais atingidas pela crise. Os países da Europa de Leste apresentam uma diminuição do seu produto de 15.5% em 1992. Mas a própria Comunidade Europeia deverá ter crescido, segundo as últimas estimativas da Comissão, uns simples 0.6% no ano passado.

Entre os nossos parceiros da Comunidade, a recuperação da crise só parece estar já em andamento na Grã-Bretanha. Na maior parte dos outros países não há ainda sinais claros.

O desemprego tem sido o aspecto da crise que tem provocado maior preocupação. Os países europeus têm registado níveis de desemprego historicamente muito altos. Na sua maioria, eles estão acima dos 10% e, em alguns casos, ultrapassam mesmo os 20%. A esses níveis o desemprego tem potencialmente graves consequências em todo o tecido social.

Outro elemento preocupante da recessão europeia é a queda do investimento. O investimento das empresas europeias desceu em média 0.3% em 1992, depois de ter estagnado em 1991. A particular gravidade deste elemento provém do facto de ele, mais do que qualquer outro, ser determinante do dinamismo e crescimento de longo prazo da economia.

Portugal não pode deixar de sofrer as consequências de uma situação internacional tão séria. Têm-se verificado e são de esperar dificuldades sobretudo nos sectores ligados ao exterior, como no turismo, no sector exportador e no investimento estrangeiro.

É importante ter consciência de que, após os últimos anos de profunda integração, poucos são os sectores que não estão de alguma forma ligados ao exterior. Além disso, Portugal está em pleno esforço de reestruturação, libertando-se de enviesamentos de décadas passadas e preparando-se para uma participação plena na Europa e no mundo do século XXI. Todos estes aspectos

criam maior exposição às influências externas e maior dificuldade em evitar os seus impactos.

Há largos meses que venho chamando a atenção para estes factos, não escondendo as dificuldades e a necessidade de os enfrentar. Fi-lo aqui, há um ano, quando essas consequências não eram ainda patentes. Ao contrário de vozes que só recentemente se levantaram e logo se tornaram catastrofistas, o Governo há muito que está consciente da gravidade da situação internacional e dos seus efeitos internos e tem procurado tomar medidas para os enfrentar.

Mas, também ao contrário dessas vozes, é com serenidade que se deve abordar essa situação. Conhecemos bem a dimensão do problema, sabemos que seria errado alterar a estratégia de fundo face às dificuldades e que Portugal, só por si, tal como qualquer outro país, não pode ambicionar inverter a situação. Mas consideramos errado cair no pessimismo destruidor ou em atitudes que enfraquecem o clima de confiança.

A situação em Portugal, apesar de tudo, está longe dos preocupantes níveis do resto da Europa. Como dizia muito recentemente um relatório de uma reputada organização internacional de analistas económicos:

«enquanto os grandes e abastados países do continente (por exemplo, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália e Espanha enfrentam crises económicas e perturbações sociais, (Portugal) o pequeno e modesto país do sul navega confortavelmente em águas calmas».

A situação real da economia portuguesa, apesar das dificuldades, está longe dos desesperos e da demagogia que alguns se esforçam por apresentar, por má informação ou por inconfessados objectivos políticos.

O crescimento da economia portuguesa, segundo os dados mais recentes, foi 1.5% em 1992, mais do dobro da média comunitária e muito próximo do crescimento japonês. Talvez ainda mais importante, a crise internacional não impediu as exportações portuguesas de crescerem 6.1% no ano passado e a formação bruta de capital fixo de aumentar 5.4%. Portugal mantém intacto o seu potencial de dinamismo e integração.

A taxa de desemprego publicada pelo INE, que se mantém abaixo dos 5%, pesem embora alguns sinais de subida, continua a ser um elemento muito favorável da situação interna, especialmente em termos comparativos. Por outro lado, a taxa de inflação, que tem assolado a nossa economia há décadas, parece estar finalmente em descida sustentada. Segundo os últimos dados,

encontra-se, pela primeira vez desde o início dos anos setenta, solidamente abaixo dos 9%: a taxa homóloga de Abril é inferior a 7%.

Além disso, em alguns dos sectores mais atingidos pela crise externa, notam-se já alguns sinais que indicam recuperação. A agricultura, apesar da seca, tem registado acréscimos significativos de produtividade, aspecto decisivo para enfrentar a abertura dos mercados. A indústria, no meio de fortíssima reestruturação, mostra sinais de adaptação ao novo quadro global, mesmo quando as condições não são favoráveis.

Portugal tem sido apontado por várias instâncias internacionais como o país que, sendo o último a entrar em dificuldades no quadro internacional, tem fortes perspectivas de vir a ser dos primeiros a recuperar delas.

Mas o aspecto de longe mais importante do quadro actual da economia portuguesa tem de ser visto por outro prisma. A recessão europeia e os problemas internos que lhe estão associados são sempre conjunturais. O Governo trabalha num horizonte mais alargado, porque é aí que se joga o futuro.

Para isso, a política económica do Governo orienta-se de acordo com cinco linhas estratégicas de fundo:

- Rigor orçamental e disciplina financeira;
- Estabilidade cambial e combate à inflação;
- Reformas estruturais e, em particular, reestruturação da Administração Pública;
- Abertura ao diálogo social e incentivo à concertação;
- Defesa do projecto europeu de integração.

Estas linhas são as balizas que guiam a actuação económica do Governo desde há anos. Elas continuarão a ser as orientações essenciais. Em momentos de turbulência e de perturbação muitos perdem de vista as directrizes de referência e tendem para andar aos ziguezagues. Mas é exactamente nesses períodos de crise e incerteza que essas linhas são mais determinantes e preciosas para a construção do futuro.

E como ontem ocorreu uma alteração em 6.5% da taxa central do Escudo, em resultado de um pedido de realinhamento da peseta, convém reafirmar que só por ignorância se pode confundir o objectivo da estabilidade cambial com insensibilidade aos movimentos das outras moedas do SME.

Dentro de algum tempo, as dificuldades conjunturais passarão e a calma voltará aos mercados internacionais. Nessa altura, o que terá ficado deste período conturbado tem muito a ver com a nossa capacidade de sermos fiéis à linha de fundo de desenvolvimento e estabilidade da economia portuguesa. Por isso importa reafirmar a rota que estamos a seguir apesar da agitação dos mares.

Em termos de preparação do futuro Portugal encontra-se num momento ímpar da sua História. As condições e oportunidades que se abrem à nossa frente são únicas. O esforço de integração da economia e sociedade portuguesa num quadro da Europa do século XXI constitui uma tarefa de magna dimensão a que o País se tem de dedicar inteiramente. A estabilidade política interna e a integração europeia criaram um clima propício. É essencial que essas condições sejam aproveitadas.

Tem sido dito frequentemente, na sequência da aprovação do Pacote Delors II, em Edimburgo, em Dezembro passado, que os anos até ao fim do século constituem a «última oportunidade» de modernização do País. De facto, ultrapassada a crise económica internacional, é difícil prever a possibilidade de vir a aparecer um conjunto de condições tão adequadas e favoráveis ao desenvolvimento como as que temos agora ao nosso dispor.

Portugal, no fim do século, pode ser um país bastante mais moderno e dinâmico, afirmando-se no concerto europeu como um parceiro activo. É imperativo ganhar a aposta.

O Governo tem vindo a trabalhar na preparação das opções estratégicas de um plano de desenvolvimento até ao fim do século. Trata-se, verdadeiramente, como o seu título afirma, de «Preparar Portugal para o Século XXI».

É essencial que não se perca de vista tão grande projecto perante as dificuldades do caminho.

QUESTÕES DE SEGURANÇA INTERNA

Um outro ponto que queria referir é o das questões ligadas com a segurança interna, que estão agora em plano saliente no âmbito da Europa Comunitária. A cooperação internacional nesta área é uma necessidade que se tem acentuado nos últimos anos.

O Acordo de Schengen visa cumprir um dos grandes objectivos do Tratado de Roma criando condições para um espaço de liberdade de circulação

de pessoas na Europa. A abertura de fronteiras que o mercado único pressupõe não pode fazer-se à custa de uma diminuição da segurança dos cidadãos, o que é também uma exigência fundamental da nossa política.

A concretização deste objectivo depende, portanto, de estar salvaguardado um determinado número de condições: eficácia dos controlos nas fronteiras externas, melhoria da cooperação judiciária, policial e aduaneira, harmonização das políticas de visto e de asilo e da legislação sobre armas e estupefacientes. Só assim se poderão controlar as implicações decorrentes da abertura das fronteiras.

Portugal, tal como os outros países, tem em curso a concretização das necessárias medidas internas. Mas não se prevê que antes do fim do ano, ou mesmo um pouco mais tarde, possam estar reunidas as condições essenciais para abertura total das fronteiras internas. Será oportuno lembrar que não estão em causa apenas as fronteiras terrestres com Espanha, mas também as fronteiras com os outros parceiros europeus, pelas vias aérea e marítima.

Uma questão que tem atraído a opinião pública, prende-se com a imigração. Portugal é um país acolhedor. Por maneira de ser, os portugueses têm uma especial aptidão para contactar com outras culturas e expressar solidariedade a outros povos.

O respeito e o culto por estas características não tem contudo que se confundir com permissividade.

Nesta, como em outras matérias, o Governo não enjeita as suas responsabilidades e tomará as medidas indispensáveis ao tratamento, necessariamente humano, mas também racional dos problemas da imigração.

Como é sabido continua a crescer de forma dramática a pressão migratória sobre a Europa, sendo muito preocupante a situação que a envolve tanto a Leste como a Sul. A este respeito bastará salientar as previsões sobre o crescimento explosivo da população do Magrebe, em nítido contraste com o crescimento quase nulo nos países do Sul da Europa. Acentua-se cada vez mais uma situação de crescente assimetria, que causa uma compreensível ansiedade nas duas margens do Mediterrâneo.

A par da cooperação para o desenvolvimento e de políticas de integração de imigrantes, no quadro do tão falado diálogo Norte-Sul, impõe-se também na Europa uma acção concertada contra as migrações ilegais, sem o que a situação se tornará incontrolável e explosiva.

No caso concreto de Portugal deve salientar-se que a nossa adesão ao acordo de Schengen não implica quebra de laços privilegiados com os PALOP e Brasil, já que se mantêm as actuais condições de entrada e permanência dos cidadãos desses países que, além disso, passarão a beneficiar de livre circulação no espaço europeu, desde que tenham entrado regularmente no nosso país.

A questão é que a entrada seja de facto regular. E isso temos que ser capazes de controlar com eficácia, na mesma medida em que esperamos idêntico rigor dos nossos parceiros do Acordo de Schengen.

A reestruturação em curso das forças de segurança, insere-se na preocupação de dotar o nosso país com um aparelho de segurança interna, organizado e articulado, capaz de dar resposta eficaz às novas situações que se perfilam.

As grandes linhas dessa reestruturação foram amadurecidas, são do conhecimento público e foram já objecto de debate na Assembleia da República. Neste momento, estão em fase de aprovação os diplomas legais que regulam a reorganização da Guarda Nacional Republicana, que recebe as missões e boa parte dos efectivos da Guarda Fiscal, passando a incluir na sua orgânica a Brigada Fiscal.

Prosseguem entretanto a racionalização e os ajustamentos nos dispositivos da PSP e da GNR, que serão progressivamente completados no médio prazo, por forma a obter-se uma malha territorial coerente, com meios proporcionais às necessidades em cada área.

Com um aparelho de segurança simplificado e, no seu conjunto, mais eficaz, seremos mais capazes de manter um ambiente geral de segurança que é, apesar de tudo, mais favorável do que o que se vive no resto da Europa. E estaremos em melhores condições para cooperar estreitamente com os nossos parceiros europeus. Esta cooperação adquire nos nossos dias uma importância e uma dimensão estratégicas, extravasando em muito os limites do que tradicionalmente se chama segurança interna.

POLÍTICA EXTERNA

No plano externo, uma das principais consequências do fim da guerra fria foi a de nos obrigar a repensar radicalmente o equilíbrio estratégico do nosso Continente. Sistematizado até aí pela simplicidade de duas alianças

antagónicas, esse equilíbrio teve que passar a ter em conta uma nova realidade de poderes fragmentados e a emergência de aspirações adormecidas, nomeadamente de natureza étnica.

O problema central a resolver passou a ser o de como preencher o imenso vácuo deixado pelo desaparecimento do império soviético, permitindo às nações que o constituíam viver em paz, com relações estáveis entre si e com o resto da Europa, e dispondo de condições favoráveis para procederem à sua indispensável reconversão política e económica. Tarefa tanto mais difícil quanto são numerosos naquela zona os desajustamentos entre nação e território.

Compete-nos ser optimistas e acreditar que a queda do muro de Berlim e o que se lhe seguiu significaram a criação de condições para a paz e a liberdade em todo o Continente. Os progressos já realizados por várias das novas democracias e o resultado do recente referendo na Rússia reforçam essa esperança. Mas temos também que estar conscientes do risco de retrocessos.

Sem estabilidade na Rússia não será possível construir um sistema de segurança duradouro na Europa. Sem uma relação cooperativa entre o Ocidente e a Rússia será muito difícil reordenar o equilíbrio político na Europa Central.

Não me parece que seja possível desde já antever os contornos definitivos desse novo equilíbrio europeu ou nova arquitectura europeia. Mas temos já alguns instrumentos e instituições que nos permitem começar a procurar identificá-los.

Em primeiro lugar, têm vindo a consolidar-se instituições fundamentais no plano pan-europeu. É o caso da Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) que se tem vindo a afirmar como o quadro de referência das normas de convivência internacional na Europa.

É igualmente o caso do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte (NACC) que, ao juntar os antigos adversários da NATO e do Pacto de Varsóvia, está em condições de criar um novo clima de confiança, difundindo uma sólida cultura militar de raiz democrática.

Em segundo lugar, penso que continuará a caber à NATO um papel fundamental como elo transatlântico e garante da segurança europeia. Creio que conseguimos felizmente chegar a uma fase em que a artificialidade da polémica entre atlantismo e europeísmo está bem demonstrada. Tal como o Governo português sempre defendeu durante a negociação do Tratado de Maastricht, é hoje geralmente aceite que a NATO continuará a ser o elemento central da nossa segurança.

A afirmação de uma identidade europeia de defesa é um desenvolvimento inevitável que corresponde a um salutar reequilíbrio da repartição de responsabilidades entre aliados, mas que deverá ser feito com transparência e pragmatismo. Interessa-nos rentabilizar capacidades e diversificar meios de intervenção, para fazer face a situações que são também cada vez mais diversificadas.

A colaboração estreita que tem sido possível estabelecer nos últimos meses entre aliados europeus e norte-americanos relativamente à ex-Jugoslávia, é prova de que estamos no bom caminho. O mesmo pragmatismo e flexibilidade deverão continuar a ser seguidos nas questões «out of area», que poderão ter um peso crescente na nossa agenda de segurança.

Se a NATO é uma das principais âncoras do futuro equilíbrio europeu poder-se-á colocar a questão de saber se seria aconselhável a sua extensão a Leste. Penso que é terreno onde teremos que avançar com grande prudência. Não se vê que haja vantagem num alargamento imediato.

Ou se estaria perante uma expansão do sistema de alianças, o que poderia desencadear perigosas reacções defensivas nos que dele ficassem excluídos, ou se trataria da transformação da NATO num sistema de segurança colectivo, vocação que parece corresponder mais à CSCE.

Na organização do novo equilíbrio europeu caberá naturalmente um papel central à futura União Europeia. A Europa está com efeito obrigada a assumir-se como potência global: tem que assegurar uma nova partilha de responsabilidades com os EUA e tem que definir uma política para a Europa Central e Oriental que é fundamental para a sua própria segurança e para a estabilidade daquela zona.

A Europa tem por fim que estar preparada para enfrentar desafios e ameaças a Sul, no Médio-Oriente e Magrebe, onde as situações de impasse no desenvolvimento económico, a pressão demográfica e os estímulos radicalizantes do fundamentalismo islâmico requerem a maior atenção.

Foi também para responder a estes desafios que assinámos o Tratado da União Europeia. Sem ele e sem os novos meios que ele colocará ao nosso dispor, nomeadamente a Política Externa e de Segurança Comum, vejo com dificuldade como pode a Europa cumprir esse objectivo. Creio mesmo que ficaríamos condenados a uma menoridade e impotência relativas e expostos a riscos crescentes.

As dificuldades surgidas com a ratificação do Tratado da União Europeia na Dinamarca e no Reino Unido, o clima de recessão económica que entretanto

se instalou e também as dificuldades políticas nalguns países europeus, conjugaram-se para atrasar o calendário fixado em Maastricht. Continuo a pensar, mais ainda depois dos ataques especulativos contra o SME verificados nos últimos meses e do agravamento da situação na Jugoslávia, que Maastricht continua a ser a melhor aposta.

O compasso de espera a que fomos obrigados nos últimos meses permitiu que ressurgissem dúvidas e cepticismos a este respeito. Creio, contudo, que o melhor critério é ainda o de saber se existem ou não outras alternativas, coerentes e realistas, que melhor defendam os nossos interesses. Francamente, continuo à espera que me apontem primeiro a existência dessas alternativas e depois que me demonstrem a sua superioridade.

As relações com África, e particularmente com os PALOPs, continuam a constituir um vector fundamental da política externa portuguesa. Como membros da CE continuaremos a trabalhar no sentido da aproximação entre a Comunidade Europeia e África, nomeadamente a África de expressão portuguesa.

Portugal tem continuado a desempenhar um papel relevante nos processos em curso em Angola e Moçambique.

Relativamente a Angola, os esforços de paz estão agora concentrados em Abidjan. As delegações dos três países observadores — Portugal, EUA e Rússia — e a delegação da ONU procuram, juntamente com as partes angolanas, encontrar uma plataforma que permita a cessação das hostilidades, o início da ajuda humanitária e a continuação do processo interrompido após a realização das eleições de Outubro último.

Apesar dos obstáculos que ainda subsistem, as linhas gerais de um possível entendimento entre as partes começam a surgir: no respeito pelo quadro dos acordos de Bicesse, procura-se reforçar as garantias internacionais dadas às partes, através do recurso a uma maior presença da ONU no terreno. Espera-se que um envolvimento alargado das Nações Unidas possa criar a necessária confiança entre as partes e proceder à verificação eficaz do processo de desmobilização das forças em presença e da conclusão do processo de formação das Forças Armadas angolanas.

Estamos conscientes de que, em última análise, tudo dependerá da boa fé das partes e do respeito escrupuloso pelos compromissos que venham a ser alcançados. É por esse motivo que a comunidade internacional tem julgado necessário reafirmar a validade do processo eleitoral que decorreu em Outubro último, sob observação da ONU: a comunidade internacional não pode

permitir que em Angola se crie um mau precedente para o futuro ou uma situação de «facto consumado» pela força.

Portugal tem sabido também assegurar uma participação efectiva no processo de paz moçambicano. Estamos convencidos de que, graças às garantias decorrentes do alto nível de envolvimento da comunidade internacional no processo de Moçambique, estão criadas as condições para que as partes avancem no cumprimento dos Acordos celebrados, num espírito de confiança mútua e de respeito pelos compromissos alcançados.

POLÍTICA DE DEFESA

Uma componente de relevo da nossa política em África é a cooperação militar com os PALOPs. Nesta área aplicamos recursos materiais e humanos que, à nossa escala, atingem já uma certa dimensão, como aconteceu no caso de Angola e como se verifica agora, de forma acrescida, no caso de Moçambique.

Em todos os casos é posto o ênfase no factor humano, porque é essa a ajuda mais valiosa e duradoura que podemos dar e com a qual se consolidam e expandem as relações com esses países e o uso da língua portuguesa. A nossa capacidade de intervenção em Cabo Verde, Guiné e São Tomé, tem-se manifestado em alguns projectos que, à escala local, tem uma considerável visibilidade, merecendo o reconhecimento explícito destes países.

São bastante diferentes os casos de Angola e Moçambique. Nestes países, face à sua grande dimensão e à extrema complexidade dos processos que ali decorrem, a nossa intervenção não está, nem podia ainda estar estabilizada, procurando-se dar resposta à situação específica em cada caso.

No caso de Angola é conhecido o papel altamente meritório desempenhado pelos militares portugueses, no apoio à criação das Forças Armadas Angolanas, em corrida contra o tempo e contra as dificuldades que entretanto se foram levantando.

Os dramáticos acontecimentos que se desenrolaram em Angola desde Outubro de 1992 forçaram a um hiato na sequência normal que a cooperação militar poderia de outra forma ter tido, obrigando a uma atitude de expectativa cautelosa. De qualquer forma, do anterior vêm já apontadas as áreas prioritárias de cooperação, as quais serão prontamente retomadas quando as condições político-militares o aconselharem.

Em Moçambique, como é do conhecimento público, Portugal participa no processo de Paz com o Batalhão de Transmissões da UNOMOZ e irá ter a seu cargo uma considerável parte da formação das Forças Armadas de Moçambique. Para esta tarefa deslocaremos para o terreno uma missão com perto de 100 militares, que terão uma acção diversificada, na formação de quadros e de forças especiais, na área de organização no âmbito dos três ramos das Forças Armadas e em assistência técnica aos sistemas logístico, administrativo e judicial das novas forças armadas.

Em relação ao Batalhão de Transmissões, como tive ocasião de afirmar directamente aos militares desse Batalhão, não posso deixar de salientar o elevado significado de que se reveste esta primeira participação de Portugal com uma unidade terrestre, que vai estar integrada numa força multinacional de «capacetes azuis».

Portugal tem sido ultimamente solicitado a participar em missões de Paz tanto em África como na Europa, neste caso também no âmbito das alianças a que pertencemos. Temos mantido participação nas operações de Paz realizadas na ex-Jugoslávia, com elementos no terreno e com unidades navais e aéreas, em resposta a solicitações da Comunidade Europeia, da ONU, da NATO e da UEO.

São solicitações que tendem a multiplicar-se, representando no conjunto algumas dificuldades para um pequeno país como Portugal.

Quando se põem opções, é claro que as nossas prioridades vão para África, em especial no que se refere a elementos ou unidades terrestres. Procuramos contudo manter a nossa presença e apoio a operações de paz na ex-Jugoslávia, como afirmação de solidariedade para com os nossos Aliados e contributo para a paz no continente Europeu.

Internamente o Governo prossegue, conforme planeado, a reorganização das Forças Armadas. A transição para o novo conceito de serviço militar está a decorrer sem sobressaltos, embora com uma ou outra natural dificuldade de execução nesta fase de arranque. Mas essas dificuldades, que em parte eram previsíveis, estão a ser progressivamente superadas à medida que se vão testando os novos procedimentos ajustados às necessidades práticas do novo sistema.

Após a delicada mas inevitável fase de redução do número de quadros avançou-se na área organizativa com a publicação das leis orgânicas dos três ramos e do EMGFA. Estes diplomas constituem a base legal em que se

apoia e em que se vão desenvolver o novo formato e a nova dimensão das Forças Armadas.

A questão do reequipamento continua igualmente a reter a atenção do Governo.

Foram remetidas para a Assembleia da República as propostas de lei relativas à Programação Militar. Na lei agora proposta, os fundos nacionais constituem o tipo de financiamento quase exclusivo. Os tempos mudaram e não faz agora sentido apoiarmos grande parte do reequipamento no auxílio de países aliados.

Daqui a 5 anos, as nossas Forças Armadas terão dado um grande passo na modernização do seu equipamento e terão ampliado sensivelmente as suas capacidades. Entre muitos programas, nos três ramos das Forças Armadas, que poderiam ser citados, verifica-se que no conjunto haverá uma capacidade acrescida para actuação no exterior e ficará finalmente a dispor-se de um vector moderno e já visível de defesa aérea.

Outra questão a sublinhar é a do método de programação. É introduzida uma alteração sensível: a programação a 5 anos será, a partir de agora, deslizante. De 2 em 2 anos será avançada nova proposta de lei com a Programação para os 5 anos seguintes, que incluirá novos programas e ajustamentos em relação aos programas anteriores. Este método introduz uma desejável flexibilidade e conduz a um ciclo de planeamento interno de 2 anos, o que conduz a maior racionalização de todo o sistema.

A par de outros sectores, estou certo que as nossas Forças Armadas do início do próximo século terão em todos os aspectos um garantido nível qualitativo e ocuparão o lugar de destaque que lhes pertence na vida nacional, como factor de afirmação da nossa identidade e de defesa dos interesses nacionais.

Portugal tem a oportunidade histórica de entrar no século XXI como nação europeia moderna, com a sua identidade muito própria, orgulhosa de si e capaz de proporcionar aos portugueses uma qualidade de vida superior.

Trata-se de definir um conjunto de objectivos e delinear, com realismo e audácia, as estratégias para os alcançar.

Preparar Portugal para o ano 2000 passa pelo reforço da identidade nacional e valorização da vocação universalista e humanista. Passa por uma aposta decisiva na juventude e na educação dos portugueses, elevando, assim, a sua qualificação cultural e profissional. Significa um esforço continuado

na criação de infra-estruturas que facilitem a competitividade das nossas empresas e a redução das assimetrias regionais. Implica a preservação do nosso meio ambiente, o apoio aos mais desfavorecidos, o combate à exclusão social, a permanente melhoria das condições de saúde e da protecção social e também a eliminação das burocracias paralisantes.

Tenho bem consciência de que o Governo renova este projecto num momento de dificuldades acrescidas, resultantes da fortíssima crise económica que grassa pelo Mundo e a que Portugal, como pequena economia aberta, não está imune.

Lutamos contra estas dificuldades com tenacidade e temos conseguido que os problemas propagados pela crise internacional cheguem a Portugal atenuados.

Mas, a crise internacional é temporária e vai ser ultrapassada. Por isso, ela não nos pode distrair e fazer esquecer o desafio essencial — Preparar Portugal para o século XXI.

Aníbal Cavaco Silva
Primeiro-Ministro